

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 17/2024-PGJ, DE 4 DE JUNHO DE 2024.**

Altera a Resolução nº 011/2014-PGJ de 15 de maio de 2014, que regulamenta a implantação do Programa de Assistência Pré-Escolar (APE) para membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso VI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o inciso III, do artigo 8º da Resolução nº 011/2014-PGJ, de 15.5.2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 4 de junho de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2733/2024-PGJ, DE 4.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2619/2024-PGJ, de 27.5.2024, que designou o Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho para atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, no julgamento dos Autos nº 0005647-88.2013.8.12.0008, em 5.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2625/2024-PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 1 (um) dia de folga compensatória em 29.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2019/2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2626/2024-PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 3 (três) dias de folga compensatória de 30.7 a 1º.8.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2710/2024-PGJ, DE 3.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 2480/2024-PGJ, de 20.5.2024, que designou o servidor Tsutomu Matsunaga, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 15ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, de forma que, onde consta: “de 6 a 15.5.2024”, passe a constar: “de 6 a 10.5.2024”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2711/2024-PGJ, DE 3.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Fabrini Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 17.5.2024, por 30 (trinta) dias, em razão do afastamento da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2712/2024-PGJ, DE 3.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alexandra Secco de Almeida Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 17 a 21.6.2024 e em 24.6.2024, em razão de afastamento do servidor Denis Clebson da Cruz, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2716/2024-PGJ, DE 4.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Augusto Ferreira da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Sonora, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 29.5.2024, por 30 (trinta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2717/2024-PGJ, DE 4.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão em 18 e 19.1.2024, em razão de afastamento da titular, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2718/2024-PGJ, DE 4.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 2193/2023-PGJ, de 8.5.2023, que designou a servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, até dia 31.10.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 10 JUNHO DE 2024, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR VIDEOCONFERÊNCIA.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00005957-1

Expediente: Aviso nº 2/2024/CPJ, de 28.5.2024, publicado no DOMPMS nº 3.135, de 29.5.2024.

Assunto: Eleição para Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2024/2026.

Inscrito para Corregedor-Geral do MP: Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes.

Comissão Eleitoral: Procuradores de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, Evaldo Borges Rodrigues da Costa, Marigô Regina Bittar Bezerra e João Albino Cardoso Filho.

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL****PREGÃO Nº 09/PGJ/2023 – ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00001917-5****UASG – 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao **Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2023 (Processo nº 09.2023.00001917-5)**, destinado à contratação de serviços técnicos especializados de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet e de internet, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, a sessão de abertura foi suspensa em razão da necessidade de análise dos questionamentos apresentados.

Campo Grande, 04 de junho de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/CONV-MPMS/2022 CELEBRADO ENTRE O MPMS E ALEMS**

Processo: 09.2022.00006310-1

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Romão Avila Milhan Junior**;
- 2- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Presidente, **Gerson Claro**.

Amparo legal: Artigos 65 e 116, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Alteração e inclusão de itens na Cláusula Primeira do Convênio, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 23.05.2024 a 17.08.2024.

Data da assinatura: 23 de maio de 2024.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/PGJ/2024**

Processo nº 09.2024.00000893-8

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- INGTY TECNOLOGIA LTDA., representado por **Felipe de Castro Ferreira**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação, pela Contratada, de serviço/fornecimento de licenças/subscrição, no formato SaaS (*software as a service*) para solução Microsoft Project Online, que possua serviço profissional para customização do mencionado sistema, gestão de Projetos e Portfólios, projetos tradicionais, ágeis e híbridos, baseado em *SharePoint Online*, além de fornecer serviço de integração e suporte técnico.

Valor total: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000115, de 29.05.2024.

Vigência: 04.06.2024 até 04.06.2025.

Data de assinatura: 4 de junho de 2024.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/PGJ/2021

Processo nº PGJ/10/0389/2021 – PGA nº 09.2022.00012552-6

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- FERREIRA COMÉRCIO E MANUTENÇÕES ELETROMECÂNICAS LTDA., representado por **Adilson da Silva Ferreira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração de endereço da Contratada no preâmbulo do Instrumento, a prorrogação de vigência, por mais 12 (doze) meses, e o reajuste do valor contratual, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor contratual total: R\$ 116.287,08 (cento e dezesseis mil duzentos e oitenta e sete reais e oito centavos).

Vigência: 04.06.2024 a 30.06.2025.

Data de assinatura: 4 de junho de 2024.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/3283/2020 – PGA nº 09.2023.00004589-5

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA, representado por **Perácio Feliciano Ferreira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Valor contratual total: R\$ 343.744,00 (trezentos e quarenta e três mil setecentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: 13.08.2024 a 13.08.2025.

Data de assinatura: 4 de junho de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Alcides Vilalva de Arruda a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0908202-88.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Alcides Vilalva de Arruda e vítima M.R.R.X, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Fabiano Laudemir Jerônimo a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0909532-23.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Fabiano Laudemir Jerônimo e vítima G.B.O, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Luiz Carlos Silva da Costa a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0912180-73.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Luiz Carlos Silva da Costa e vítima V.C.S.L, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Elton Paulo Correa da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911384-82.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Elton Paulo Correa da Silva e vítima P.C.R, conforme se transcreve: “diante da ausência das declarações da vítima e a carência de qualquer outro elemento indicando a prática do fato, com todas suas circunstâncias, não é possível, neste momento, deflagrar ação penal contra o investigado”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Victor Hugo Paiva Andrade Vieira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0920845-15.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Victor Hugo Paiva Andrade Vieira e vítima L.C.F, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Madson Conceição Amaral a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0912267-29.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Madson Conceição Amaral e vítima C.M.O, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima P.S.S.A a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0916093-63.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Cleber Dionísio dos Santos e vítima P.S.S.A, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima R.C.F decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0916674-78.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Marcos de Souza Matos e vítima R.C.F conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Fabiano Laudemir Jeronimo a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0909532-23.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Fabiano Laudemir Jeronimo e vítima G.B.O, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Cláudio Fausto Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911694-88.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Cláudio Fausto Souza e vítima L.M.S.B, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Hilton Regis dos Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911693-06.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Hilton Regis dos Santos e vítima A.R.P, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Edmilson Acosta Dias a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0912261-22.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Edmilson Acosta Dias e vítima V.S.L, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

¹⁰ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANGÉLICA

AUTOS N. 08.2024.00081081-0

EDITAL n. 0009/2024/PJ/AIC

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Angélica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0800258-58.2024.8.12.0023, em que consta como investigado a apurar e vítima Arielen Cavalcante dos Santos, conforme se transcreve: "Ante o exposto, diante da impossibilidade de individualização da autoria do delito, o Ministério Público promove o arquivamento destes autos, nos termos do no artigo 28 do Código de Processo Penal".

Angélica, 04 de junho de 2024

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

AUTOS N. 08.2024.00079594-6

EDITAL n. 0010/2024/PJ/AIC

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Angélica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0800252-51.2024.8.12.0023, em que consta como investigado Paulo Jorge Verdu Rico e vítima José de Souza Neto, conforme se transcreve: "Ante o exposto, tendo em vista a atipicidade da conduta imputada ao investigado, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento destes autos, nos termos do no artigo 28 do Código de Processo Penal".

Angélica, 04 de junho de 2024

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

AQUIDAUANA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO – IP 244/2023

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial supracitado, em que figuram autor e vítima abaixo elencados, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO deste presente inquérito, com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal.”.

Autos: SAJ/TJ nº 0900665-63.2023.8.12.0005 – SAJ/MP nº 08.2023.00146136-8

Autor: Márcio Pereira da Silva

Vítima: Stephannye Pereira

Aquidauana - MS, 04 de junho de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

¹³ "§2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.

¹⁴ "§2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.



DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0031/2024/PJ/DPS.

Inquérito Civil N° 06.2024.00000019-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n° 06.2024.00000019-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, n° 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Afonso Borges dos Santos.

Objeto: apurar dano ambiental, consistente na supressão de exemplares arbóreos em área de preservação permanente do córrego açucena, localizada na 16ª linha, nascente, Lote 14, Quadra 85.

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0033/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2024.00002571-5.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n° 09.2024.00002571-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, n° 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Requerente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, IFMS - Campus Dourados, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis/MS.

Objeto: Acompanhar a implementação do projeto "Plantando Liberdade: Formação e ressocialização de jovens e adultos no Município de Deodápolis.".

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL N° 0006/2024/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, n° 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil n° 06.2023.00001193-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Alfredo Danieze, Sol Brasil Soluções Ambientais Ltda.

Assunto: apurar eventual ocorrência de dano ao erário decorrente de superfaturamento nos pagamentos feitos pelo Município de Ribas do Rio Pardo à empresa Sol Brasil Soluções Ambientais LTDA, de serviços que, em tese, não teriam sido executados.

Ribas do Rio Pardo, 03 de junho de 2024.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2024/01PJ/RRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001198-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Alfredo Danieze, Auto Posto Mutum Ltda

Assunto: apurar eventual favorecimento decorrente do ato administrativo praticado no sentido isentar/cancelar tributo de competência do Município de Ribas do Rio Pardo que, em tese, seria devido pela empresa Auto Posto Mutum Ltda.

Ribas do Rio Pardo, 03 de junho de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

.....

TRÊS LAGOAS

.....

EDITAL Nº 06.2024.00000506-3

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvirio Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000506-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A Apurar

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente de promover a circulação, a parada e o estacionamento de veículos automotores sobre a calçada e o passeio em estabelecimento localizado na Rua Duque de Caxias, nº 1626, esquina com a Rua Josino da Cunha Viana, bairro Vila Nova, nesta urbe.”

Três Lagoas, 29 de maio de 2024.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça